

## A CONSTRUÇÃO DO LUGAR DE VIVER: PROJETO DE ASSENTAMENTO SANTA RITA EM JATAÍ – GO

**Roberta Costa Rocha**

Mestre em Geografia  
Universidade Federal de Goiás/Campus Jataí  
[robertacostarocha@hotmail.com](mailto:robertacostarocha@hotmail.com)

**Dinalva Donizete Ribeiro**

Doutora em Geografia  
Universidade Federal de Goiás  
Profª. da Escola de Agronomia/Setor de Desenvolvimento Rural  
[dinalvadr@gmail.com](mailto:dinalvadr@gmail.com)

**Paulo de Alencar Monteiro Filho**

Mestrando em Geografia  
Universidade Federal de Goiás/Campus Jataí  
[paulo\\_dealencar@hotmail.com](mailto:paulo_dealencar@hotmail.com)

### RESUMO

A pesquisa da qual resulta este artigo tem como objeto o assentamento rural, enquanto modo de resistência camponesa para a sua permanência no campo, e a construção do lugar de viver nesse assentamento. Os atores da pesquisa são as famílias do Projeto de Assentamento Santa Rita, localizado no município de Jataí-GO, que, em um novo meio, constroem o seu lugar, dando-lhe significação e ressignificação enquanto lugar camponês. O estudo do lugar abre perspectivas para se pensar o viver e os processos de apropriação do espaço. Metodologicamente, os dados primários foram levantados através de entrevistas semiestruturadas e de aplicação de questionários e os dados secundários foram obtidos através de pesquisas bibliográficas, no intuito de aprofundar a discussão proposta.

**Palavras-chave:** Geografia Agrária; Modo de Vida Camponês; Vivência.

### THE CONSTRUCTION OF THE PLACE TO LIVE: SANTA RITA SETTLEMENT PROJECT IN JATAÍ – GO

### ABSTRACT

The research which results this article has as its object the rural settlement, as way of peasant resistance to your permanence in the field, and the construction of the place to live in this settlement. The authors of the research are the families of the Santa Rita Settlement Project, located in the city of Jataí – GO, that, in a new environment, build your place, giving it significance and reframing as a peasant place. The study of the place opens perspectives to think about the living and the processes of space appropriation. Methodologically, the primary data were collected through semistructured interviews and application of questionnaires, and the secondary data were obtained from bibliographic researches, in order to further the proposed discussion.

**Keywords:** Geography Agrarian; Peasant Way of Life; Experience.

---

Recebido em 16/06/2014  
Aprovado para publicação em 16/04/2015

## INTRODUÇÃO

Segundo Santos (2006, p. 132), “no momento atual, aumenta em cada lugar o número e a frequência dos eventos”, ou seja, o espaço geográfico está se expandindo, porque se encontra cada vez mais denso de objetos técnicos que dão mais possibilidades de ação aos indivíduos. Por isso, estudar o lugar é cada vez mais necessário para se compreender como seres humanos se relacionam com o espaço geográfico, produzindo-o, transformando-o, segregando-se em classes sociais e constituindo-se a si próprios.

Com o processo de globalização, a aceleração tomou conta do espaço e infligiu novos ritmos e novos itens à história, o que Milton Santos (2006) chamou de aceleração contemporânea, tempo-mundo e espaço-mundo. Para o autor, é o sistema capitalista que provoca essa aceleração, que pode ser compreendida pela internacionalização, com o que chega a todos os recantos do planeta, e evolução constante da ciência, da técnica e da informação.

Diante disso, o estudo do lugar é capaz de ampliar as possibilidades de compreensão do mundo contemporâneo que, paradoxalmente, se unifica e se fragmenta em velocidades cada vez maiores.

O lugar permite pensar a articulação do local com o global e compreender o processo de produção do espaço que, para Carlos (2007), se concretiza no plano do vivido, nas formas de apropriação, utilização e ocupação de uma determinada área, em um dado momento.

Na configuração geográfica, a caracterização de lugar está relacionada à ideia de pertencimento e identidade, de representação, de significação e valores. A permanência em um lugar e/ou a conquista de um é um processo.

Este trabalho objetiva compreender o processo de construção do lugar, a significação e (re)significação que o camponês assentado dá ao lugar, à terra conquistada, símbolo da resistência camponesa.

O acesso à terra implica a criação concreta de um lugar a partir do efetivo exercício de um modo de vida, de um jeito de ser e de relações sociais e de poder nas quais os sujeitos se encontram.

O assentamento rural guarda em si e não fora dele o seu significado. Nele ficarão impressos elementos do cotidiano e da memória das trajetórias vivenciadas pelas famílias assentadas. No assentamento deixa-se de ser trabalhador rural sem-terra e passa-se a ser trabalhador com terra, o que não significa que os problemas antes vividos foram solucionados ou acabaram.

O lugar se constitui a base da reprodução da vida. Para o camponês seu lugar é a terra.

A pesquisa da qual se origina este artigo foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/*Campus* Jataí. O Assentamento Rural Santa Rita (Figura 1), instituído em 1998, está localizado a vinte e três quilômetros da cidade de Jataí-GO, na microrregião Sudoeste de Goiás. Possui uma área total de novecentos e sessenta e oito hectares, distribuídos em vinte e três lotes, cada qual com área média de 38,7 hectares, ocupados por vinte e três famílias camponesas das quais oito adquiriram seus lotes por compra de famílias originalmente assentadas, quando de sua criação, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O principal curso d'água da área do Assentamento Santa Rita é o Rio Paraíso, que conta com três afluentes, os córregos: Guerobinha, Barreirinho e Vertente. Quanto à declividade do terreno, é predominantemente acentuada, com vegetação de Cerrado. O clima possui duas estações bem definidas, com verão quente e chuvoso e inverno seco e frio. A principal atividade econômica é a pecuária leiteira (ROCHA, 2013).

Os dados de fontes primárias, de cunho qualitativo, foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas, gravadas em áudio, com as vinte e três famílias do Assentamento Santa Rita. Também foi aplicado questionário com perguntas pré-estabelecidas, para identificar o perfil das famílias. O intuito é, a partir da análise e interpretação dos dados obtidos, compreender a representação que as famílias têm do assentamento, as suas trajetórias de vida



Milton Santos (2006) propõe que uma das possibilidades para encontrar os novos significados do lugar no mundo atual é através da consideração do cotidiano. A feição do lugar lhe é dada pelo cotidiano e pelas experiências humanas, que também lhe atribuem significados e valores simbólicos (RIBEIRO, 2012).

Mas, se ao lugar quem dá a forma é o cotidiano, como se cria um lugar com um cotidiano instável, incerto? Como essas pessoas transformam esse lugar em *seu lugar*, como se caracterizam as relações sociais e o modo de vida ali? Os assentamentos rurais, quando os expropriados da terra ali são reinseridos, têm de ser constituídos em lugar de viver e isso se dará de maneira tanto melhor quanto mais intensa for à relação das famílias assentadas com a terra e mais verdadeiro for seu modo de vida camponês, considerando-se as condições objetivas encontradas.

O Assentamento Santa Rita conta com 68 pessoas, sendo 63% adultos, 16% idosos, 12% jovens e 9% crianças, de acordo com relatório do Incra está em fase de consolidação.

Um olhar sobre as famílias assentadas revela que a maioria já vivia na zona rural, da microrregião Sudoeste de Goiás, antes da constituição do assentamento. Cerca de 80% originase do próprio município ou de municípios vizinhos de onde está localizado o assentamento. Conforme relata Interlocutora 23, o campo representa o seu lugar de viver, “minha origem é na fazenda, nem que eu não esteja fazendo nada para futuro da minha gente, mas para mim parece que eu estou fazendo o que eu gosto! O bom é a gente fazer aquilo que a gente gosta”. Nesse depoimento, o significado do fazer e do gostar está visível o sentido da liberdade.

Eu saí de Jataí para o acampamento dia 01 de Agosto de 1996, em 1998 eu fui assentada e aqui eu estou até hoje, eu e Deus, o que eu tenho é o que vocês veem, é fruto de uma luta, de muito trabalho e eu tenho muito orgulho, sou muito feliz, é tudo que eu queria, isso daqui pra mim é um sonho (INTERLOCUTORA 16).

A pesquisa mostra que 90% das famílias assentadas tiveram experiências de trabalho na agricultura, no município de Jataí ou em municípios vizinhos, mas que apenas 25% destes estavam exercendo funções agrícolas, antes de acamparem, como assalariados rurais permanentes ou temporários, posseiros, parceiros, arrendatários ou membros não remunerados da família. Os demais, por ocasião do acampamento, estavam desenvolvendo atividades urbanas.

Apenas duas famílias afirmaram que os pais já tiveram uma propriedade rural, mas, com a morte destes, a área foi dividida, por herança, entre os filhos, gerando áreas pequenas, insuficientes para manterem as famílias, que acabaram por vender as propriedades, conforme relato da Interlocutora 17:

Meu pai tinha propriedade rural, quando ele morreu a gente vendeu a terra. Éramos muitos filhos, quando ele morreu os filhos já eram todos casados, então a gente vendeu, tirou a parte que era da mamãe e entregou para ela e a parte que era nossa a gente dividiu. A terra era pequena, não era um fazendão e ainda nós éramos muitos filhos, uns comprou casa própria e outros estão trabalhando até hoje em fazenda, trabalham para os outros ainda, de empregado.

Alguns assentados sempre estiveram como assalariados rurais, não possuíam terras, como é o caso registrado a seguir,

Os meus pais casaram em 1985, meu pai já era trabalhador rural, sempre viveu dos braços, minha mãe também viveu do campo, nasceu e se criou no campo. Nós somos uma família de 8 irmãos e todos foram criados no campo, a gente ficava em momentos na cidade, mais sempre papai trabalhando em outras fazendas, ia pra outra, ele nunca possuiu nem mesmo casa própria na cidade, era sempre morando em fazenda (INTERLOCUTOR 09).

No caso do lote 09, os filhos tiveram dificuldades em se adaptar no campo, pois foram morar na cidade ainda crianças. Cada um seguiu sua profissão, enquanto os pais sempre se

mantiveram em contato com a terra. Com a morte do pai, a família enfrenta dificuldade, pois no lote morava o casal junto com um filho, os demais moravam na cidade. Todos os finais de semana, a família se reunia no lote, havia uma relação profunda com as atividades desenvolvidas pelo pai. Com a fatalidade, a família se apercebe desestruturada.

Percebemos que a maioria dos membros familiares é composta por adultos, os quais compreendem o lugar como oportunidade de concretizar seus desejos e sonhos através da posse da terra e não conseguem se ver distante do campo. A maioria dos filhos dos assentados foi morar na cidade.

Dessa forma, torna-se necessária a compreensão das várias fases do processo, tais como: a expropriação do camponês, a luta através dos movimentos sociais, e o retorno à terra, que agora é vivido no assentamento, onde as famílias assentadas farão a (re)construção do seu lugar.

## **DESTERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA E RETORNO À TERRA POR MEIO DO ASSENTAMENTO**

A inserção do capitalismo no campo provocou várias transformações na estrutura agrária no Brasil, provocando um novo rearranjo espacial. Os trabalhadores da terra e os pequenos proprietários encaixavam-se nos interstícios dessa estrutura, que deles necessitava para as atividades produtivas. À medida em que o capitalismo foi se tornando hegemônico também no campo, os camponeses foram perdendo, cada vez mais e em maior proporção, seu espaço.

A partir da segunda metade do século XX, década de 1960, iniciou-se um processo de modernização da agricultura no Brasil que expropriou a população pobre do campo para as periferias urbanas, resultando no aumento da concentração de terra pelas classes dominantes. Do conjunto de ideias contidas nesse processo de modernização fazia parte a substituição do saber tradicional camponês, tido como atraso, pelo desenvolvimento e pelo progresso tecnológico-científicos capitalistas.

Para Mendonça e Mesquita (2007, p. 6), a modernização da agricultura visava

Homogeneizar as diferentes formas de produzir, as diferentes relações sociais de trabalho, os conflitos e as contradições em torno da posse da terra, não contribuindo para se decifrar e/ou compreender as múltiplas clivagens e contradições envoltas no processo social.

Em todo esse processo da modernização da agricultura, a ação e a intervenção do Estado a favor de algumas frentes de desenvolvimento, foram imprescindíveis, como, por exemplo, a ampla concessão de crédito e implementação de infraestrutura, principalmente na área de transporte e comunicação, e produção de conhecimento científico.

Portanto, os trabalhadores da terra “foram obrigados a ceder o direito de usufruto da terra àqueles que possuíam capital financeiro e experiência acumulada, portadores do progresso e do desenvolvimento, ou seja, o agronegócio” (MENDONÇA e MESQUITA, 2007, p. 9).

Nesse movimento de modernização, o avanço das fronteiras agrícolas em direção ao Cerrado, até então tido como improdutivo, atendia apenas as particularidades e sua gente, os *povos cerradeiros*, tinha seu modo de vida próprio, pressupondo “que os sujeitos sociais que habitavam essas áreas eram tradicionais e deveriam ser removidos e/ou extirpados para dar lugar ao progresso” (MENDONÇA e MESQUITA, 2007, p. 5).

As chapadas, áreas de terras planas, propícias à mecanização, foram sendo ocupadas por agricultores capitalistas vindos principalmente das regiões Sul e Sudeste do Brasil, a vegetação do Cerrado foi dando lugar principalmente à soja. Para a gente da terra restam as áreas onduladas nas bordas das chapadas e nos vales dos rios, permanecendo apenas os grandes e médios proprietários que conseguiram se adaptar. Consequentemente houve a redução de mão de obra no campo, em que os trabalhadores da terra e pequenos proprietários se viram expulsos do campo.

Os camponeses, expropriados de suas terras de trabalho, sem alternativas, tiveram que migrar para as cidades em busca de sobrevivência. Todavia, a dificuldade de adaptação resultou



como um grande problema. Não há trabalho suficiente e eles são tidos como trabalhadores desqualificados. Uma parte torna-se trabalhador volante: mora na cidade, vai ao campo para trabalhar como assalariado e volta pra a cidade, às vezes todo dia.

As famílias camponesas não conseguem enxergar, e enquanto tiverem, por assim dizer, o *ethos* da campesinidade, jamais enxergarão, a cidade como lugar de vivência. As relações sociais desenvolvidas na cidade são diferentes da realidade antes vivida no campo e até mesmo as relações atualmente estabelecidas no campo são diferentes das anteriores.

Mas, o retorno do camponês à terra de trabalho, na atualidade, só é possível pelo assentamento, por meio de uma política pública social, a reforma agrária. A terra para o trabalhador é um direito social, mas para se alcançá-lo tem sido necessária muita luta, que não se faz individualmente, e, sim, coletivamente, através, por exemplo, de movimentos sociais.

Os assentamentos, conforme Marques (2008, p. 66), “têm se constituído como o ‘lugar’ onde se dá um complexo e sofisticado processo de (re)construção do camponês”. Nesse processo, dá-se também a (re)construção do lugar. A essência do campesinato, muitos valores e costumes certamente foram preservados, senão não haveria esse desejo de voltar à terra, mas o cotidiano e o ritmo da vida no campo atualmente trazem novos desafios, porque no local o global se realiza, além dos desafios próprios de um (re)começo.

### **O LUGAR: ASSENTAMENTO RURAL SANTA RITA EM JATAÍ (GO)**

Expulso da terra, o camponês se sente impelido a ir para a cidade, mas isso não significa tão somente e apenas mudança de *sítio*. Para Santos,

Vir para a cidade [...] é, certamente, deixar [...] [para trás] uma cultura herdada para se encontrar com uma outra. Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação (SANTOS, 2006, p. 222).

Expulsos da terra, alienados na cidade, só resta aos camponeses “[...] tornar-se donos de sua própria terra para realizar um projeto de vida pautado pela ética camponesa.” (MARQUES, 2000, p. 99). A importância dos valores dessa ética é expressa pela campesinidade, que é “[...] uma qualidade encontrada em diferentes tempos e lugares [...]” (p. 25) e que a separação do camponês de sua terra de trabalho não destrói.

A luta para ter a terra para trabalhar e se reproduzir promove a “criação política do campesinato” (FERNANDES, 2005, p. 7). Para Marques (2000, p. 115), “o processo de luta possibilita a experimentação do novo e o questionamento na prática de certas normas e instituições.” Assim, os camponeses criam e ingressam em movimentos sociais de luta pela terra. Primeiro, vão para acampamentos e/ou ocupações, depois, quando o Estado decide a favor deles, para assentamentos.

A fase de acampamento é o momento onde as famílias buscam sua significação e (re) significação, a partir da vivência do lugar. Segundo Martins (2003) os atores que lutam pela reforma agrária viveram um processo de ‘desenraizamentos’ e sofreram fragmentações. Mas isso não implicou o rompimento da simbologia no modo de vida camponês. Desta forma, entendemos esta fase como o tempo de espera, que traz consigo a “exposição a um mundo não conhecido e não dominado pelo saber camponês”, conforme afirma Martins (2009, p.78).

O fato é que a decisão de aderir ao acampamento objetiva justamente a busca de um lugar para a família, mas esse lugar projetado é a terra a ser conquistada, não o acampamento. Por esse motivo, suportam a separação temporária entre os membros da família, as dificuldades e sofrimentos, pois percebem o acampamento também como caminho de acesso à terra (MARTINS, 2009, p. 79).

Algumas famílias assentadas relataram o estímulo para a persistência e as ajudas em forma de alimentos e dinheiro que recebem daqueles que permaneceram em outros locais, inclusive na cidade, sejam pais, tios e irmãos.

As famílias possuem uma trajetória de vida anterior à entrada no assentamento, que representa sua identidade e origem. O Interlocutor 21, relata que a conquista da terra foi mediante muita luta e sofrimento na fase de acampamento, ficaram 7 anos na beira da estrada no município de Rio Verde. Este período foi muito complicado, porque o tempo de espera foi grande, tiveram que vender os móveis para conseguirem permanecer na luta, “passamos fome, fome que não tinha nenhum grão de arroz para comer”. A família relatou que tem suas origens camponesas, sempre tiveram “contato com a terra”, pois os pais continuamente trabalharam no campo. Quando mudaram para a cidade, passaram muitas dificuldades, onde a falta de estudo pesou bastante na hora de conseguir um emprego e como tinham três filhos, o casal se revezava nos horários de trabalho para cuidar das crianças, posteriormente entraram na luta pela terra, conforme relata:

Quando nós morávamos na cidade, ele [esposo] trabalhava de pedreiro e eu trabalhava a noite, a gente tinha criança pequena e eu não tinha quem olhasse as crianças. Então combinamos, você trabalha durante o dia e eu trabalho a noite, a gente tinha 3 crianças morando com a gente, eu trabalhava a noite inteira e ele o dia inteiro. Quando tinha uns 4 anos que a gente estava assim, foi um pessoal do sindicato lá em casa, chamando a gente pra ir acampar, então fomos, falaram que em 3 meses estaríamos com a terra na mão. Foram 7 anos! 7 anos que ficamos em baixo de lona, lá nós quase morremos, até fome passamos (INTERLOCUTORA 21).

Dentre as entrevistas, uma em especial elucidou bem o motivo das famílias resistirem e permanecerem no assentamento, especialmente na fase de acampamento. As dificuldades ali vivenciadas demonstram que estas famílias viveram momentos muito difíceis enquanto acampadas,

Teve uma época que eles [os acampados] saíram do acampamento que eles estavam e entraram numa outra fazenda, na beirada de um rio, teve uma chuva, eu fui mais meu marido lá, na época estava entrando com a aposentadoria do meu Pai, aí nós fomos lá pra buscar os documentos dele, tinha dado uma chuva numa tarde anterior, que tinha invadido o barraco, estava toda aquela lama no colchão, na roupa de cama, tudo, tinha entrado aquela enxurrada, tinha lavado as coisas dele tudo, os vizinhos acudiram e ajudaram. Quando eu cheguei e vi aquilo, eu o agarrava e chorava, mais chorava e falava. “\_\_Pai você vai embora comigo agora, você não vai ficar mais aqui, você não precisa disso”. Meu marido que apoiou, não deixou eu impedir ele, meu pai disse que não podia ir, pois agora que estava vencendo a luta. Quando eu vinha no rancho e via algumas dificuldades dele, eu lutava muito para levar ele de volta, mais acabou vencendo, foi um vencedor (INTERLOCUTORA 9).

Como relata a Interlocutora 9, o pai foi para o acampamento primeiro, pois sua mãe estava se restabelecendo de um problema de saúde e neste período os filhos já estavam todos casados e morando na cidade. A família tinha muito medo de o pai ficar sozinho acampado na beira de estrada, não tinha nenhuma estrutura, em alguns momentos os filhos do casal tentaram convencê-los a voltar para a cidade, como afirma,

“eu achava que ele não precisava porque já estava aposentado, naquela hora [anterior ao período de acampamento] eles morava numa casa que era minha, não pagavam aluguel, podiam morar lá o resto da vida, não precisavam se preocupar, a aposentadoria dos dois dava muito bem para viver, então eu pensava por este lado, mas não, ele queria algo dele, apenas dele, eu custei ver este lado, mas depois nós lutamos muito juntos” (INTERLOCUTORA 09).

A cidade atrai e repele ao mesmo tempo, depende da forma como cada indivíduo encara o novo. O moderno para uns, é sinônimo de atrasado para outros. No caso das famílias camponesas, o campo é o lugar identitário, onde o trabalho familiar e a liberdade são tidos como fundamentais para sua orientação, sendo decisivos para compreendermos a negação da cidade como lugar de vida e o motivo da resistência e persistências das lutas camponesas.

Prova disso, é a realidade vivida pelas famílias na fase de acampamento, nenhuma pessoa se sujeita a viver em condições precárias por opção, há uma relação mais dinâmica que motiva o sem-terra a continuar na luta. Desta forma, os barracos feitos de lonas demonstram que a relação com a terra vai além da moradia, há uma expectativa de materializar o almejado, por meio da permanente luta.

O encontro dos grupos na caminhada junta forças e esperanças, assim, o acampamento passa a ser uma realidade, com concretude. A Interlocutora 08 é natural de Cachoeira Alta – GO e morou a maior parte da sua vida no campo, aos 14 anos foi para a cidade de Rio Verde – GO, onde se casou e retornou para o campo em Montividiu – GO. O esposo trabalhava como tratorista, em uma das suas férias foi para Jataí, onde ficou sabendo através do cunhado, que o Sindicato estava organizando um movimento para conquistar uma área próxima ao município. Receberam o convite, ficaram tentados a juntar-se ao movimento, porém o esposo como trabalhou a vida inteira para grandes proprietários de terra, demonstrou certa resistência. Mas, a esposa logo aceitou o convite na expectativa de possuir a terra. De início foi para o acampamento com os dois filhos, depois o marido juntou-se a eles, ficaram acampados durante dois anos e meio.

O acampamento representa para estas famílias a esperança de serem donos da terra, de certa forma inaugurar um lugar e uma comunidade de resistência, mesmo que isso seja temporário, embora seja percebido como tempo de espera, tende a transformá-lo em lugar. Este comportamento permite que as famílias continuem lutando pela permanência e acesso à terra, bem como resistam aos sofrimentos vividos (SANTI MARTINS, 2009).

O acampamento, embora se localize no espaço, é percebido como tempo: é um tempo localizado no espaço, demarcando a divisão entre um passado sem perspectivas e um futuro de possibilidades a partir da conquista da terra. Assim, temos o acampamento representa um tempo de espera. Dessa forma, o acampamento caracteriza-se como um dos processos mais fortes de desterritorialização por que passam os colonos em busca da terra (SANTI MARTINS, 2009, p. 76).

O período de acampamento representa um tempo vivido pelas famílias, sendo lembrado pelas lutas em busca da consolidação do projeto de vida camponês, mas principalmente permanecem na memória os sofrimentos e as dificuldades.

Segundo Marques (2000), “a partir do momento em que o sem-terra é assentado e passa a construir a sua existência no assentamento, ele vai tecendo novas relações, estruturando seu modo de vida e o seu território”. Para a autora, esse processo decorre da “manipulação da tradição, que é recuperada e reinventada em face do novo contexto social” (MARQUES, 2000, p. 45-46).

Ainda segundo Marques, “à medida que o cotidiano destas famílias vai se normalizando, as tradições culturais são revividas, são recriadas as formas tradicionais de solidariedade e os posseiros vão assumindo um modo de vida camponês” (MARQUES, 2000, p. 124).

De acordo com Bombardi (2004), a articulação dos fatores espaço, tempo e influências culturais faz emergir a campesinidade, a territorialidade camponesa, que, por meio do trabalho, promove a construção do lugar.

Mas, a fase inicial, da chegada no assentamento é muito complicada, pois tudo na parcela ainda está por fazer, até mesmo a casa de moradia: “quando eu vim pra cá isso daqui era tudo mato, não tinha nada aqui, eu tive que limpa e começa do zero” (INTERLOCUTOR 20).

No depoimento do Interlocutor 11, percebe-se a construção do lugar a partir do trabalho de construir a sua moradia é a materialização de um projeto de vida.

Quando nós viemos pra cá, só tinha três cômodos, no chão, não tinha banheiro, não tinha água, a gente ficou morando num barraquim lá em baixo [perto da nascente] e vinha pra cá pra dormir. Eu puxei uma rede de luz lá pra nascente, coloquei bomba elétrica, coloquei uma caixa d’água distribuindo pra todo lugar. Não tinha como morar num lugar desse! (INTERLOCUTOR 11).

Para a Interlocutora 16, a sua parcela de terra no assentamento representa a realização do almejado: “sou apaixonada, apaixonada mesmo, por este cantinho aqui! Aqui, eu trabalho com



leite, tenho meu gado de leite, todo dia de manhã, se você chegar aqui, eu estou lá no curral..., eu trabalho com apicultura, né, eu tenho apiário...!”

O trabalho do camponês é para a sua sobrevivência e a da sua família, é para produzir valores de uso, a terra é para trabalho, não é uma mercadoria com a qual se obtém lucro. Esses são os princípios do campesinato.

Tem gente que acha que é só chegar aqui, porque “a terra é minha” que o dinheiro vai fluir, não é bem assim! Porque o trabalho é mais porque a gente gosta, porque a renda é pouca. Se não tem muito gasto, é porque você planta, você cria um porco, uma vaca, então, você compra pouca coisa na rua, mas se você não planta, se não produz, você traz tudo da rua pra cá, aí é onde você encontra dificuldade (INTERLOCUTOR 11).

Mas, o trabalho para os camponeses implica a necessidade de ter terra. Tendo-se terra, tem-se trabalho e autonomia. Conforme Marques, o “retorno à terra representa a possibilidade de realização do ideal de autonomia, que é um valor central para estes trabalhadores” (MARQUES, 2000, p. 102).

Bombardi confirma que,

A autonomia aparece como a possibilidade de poder ter um “pedaço de terra”, próprio, não no sentido de ter uma propriedade em si (propriedade privada capitalista), tanto que se fala em ter “um pedaço”, mas pela liberdade que ter a própria terra pode significar, ou seja, em contraposição a ter que “trabalhar pros outros”, nas terras de outrem, ter a própria terra significa ter o controle do processo de trabalho e, portanto, do espaço e do tempo (BOMBARDI, 2004, p. 134).

Na fala da Interlocutora 23 aparece a liberdade deste modo de vida.

Quando eu vou para Jataí, eu chego aqui cansadinha, sem fazer nada lá, só o dia a dia de lá me cansa, aqui não, eu lavo uma vasilha, eu deito um pouco aqui nesse sofá, já tem até o lugar aí, eu lavo uma vasilha, eu varro uma casa, quando eu acabo de passar um pano na casa eu já estou molhadinha de suor. Aí, o que é que eu faço? Bebo uma água e deito um pouquinho aqui (INTERLOCUTORA 23).

A interlocutora 22 reúne em sua fala a liberdade, o prazer no trabalho, apesar de ele ser difícil, e o amor ao lugar construído.

De vez em quando, eu deito nessa rede velha aí. Ontem mesmo eu deitei, até de dia. Meu esposo estava na cidade e eu fiquei aqui sozinha. Eu deitei e fiquei um tempão! Fui apartar as vacas, elas deram um trabalho! Estavam lá perto do Lote 23, passei dentro do corquinho, molhei todinha. Ontem deu trabalho apartar elas! Tinha chovido demais. Eu amo meu lugar! Quando eu chego, eu falo: cadê minha casinha? Aqui é bom demais! (INTERLOCUTORA 22).

Esta autonomia é característica marcante do modo de vida camponês e se estende a quase todas as áreas da vida. Para Bombardi (2004, p. 200),

Essa liberdade se dá em sentido amplo: vai desde a possibilidade de escolher com qual cultura se quer trabalhar, da forma como vão imprimi-la em suas terras (controle do espaço), passando pela determinação de suas técnicas, pelo controle daquilo que foi produzido (o produto final do trabalho da família lhe pertence, não é diretamente apropriado por ninguém), até o ritmo de trabalho que se quer, ou se precisa, atribuir à própria família.

Assim, as relações de cumplicidades estabelecidas no lugar: troca de favores, mão de obra, transporte de produtos para a cidade, produzem por meio da vivência, valores que tornam as famílias do P.A. Santa Rita uma comunidade camponesa.

A sociabilidade das famílias tradicionais é estruturada pela aglomeração de famílias, mais ou menos unidas pelo “sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas” (CÂNDIDO, 1971, p. 62). Neste contexto, o trabalho coletivo é importante para o desenvolvimento das relações familiares através da ajuda mútua.

No Assentamento esta cumplicidade se imprime no cotidiano das famílias, no desenvolvimento de atividades como: o transporte de produtos a serem entregue na cidade, por meio de revezamento, cujo destino é para alguns programas como o PAA e o PNAE ou até mesmo para as feiras semanais que ocorrem em alguns setores.

De acordo com a Interlocutora 15, a introdução de alguns projetos e programas no Assentamento torna-se um fator importante para sociabilizar as famílias, pois este é um momento em que todos costumam se reunir em prol de um objetivo em comum. Percebe-se que algumas ações desenvolvidas antes pelos camponeses não são desenvolvidas, como a troca de favor, segundo as famílias, as atividades desenvolvidas em seus lotes, impede uma aproximação constante, pois há muito serviço e pouca mão de obra, deixando às vezes as visitas contínuas de lado.

A criação de laços de vizinhança e parentesco traz de volta a reciprocidade e o predomínio de relações pessoais, como o compadrio e o sistema de trocas, que tradicionalmente fazem parte do modo de vida camponês (MARQUES, 2000).

Outro fator que determina a sociabilidade das famílias tradicionais é a religião, que, de certo modo, acabam se unindo através dos encontros da comunidade, contribuindo para o fortalecimento das relações entre as famílias. O fato de ir às missas aos domingos, cultos religiosos em determinados dias da semana, os festejos religiosos, todos estes fatores contribuem para a manutenção e fortalecimento da sociabilidade camponesa. Assim, para Cândido (1971), a união do trabalho e da religião é fundamental para garantir o funcionamento do grupo de vizinhança, que passa a ser visto como unidade à medida que as famílias vão participando do sistema destas atividades.

No assentamento, verificou-se a predominância do Catolicismo, com aproximadamente 65% das famílias, enquanto o protestantismo representou 30% e o espiritismo, 5%. Conforme as famílias, uma vez por semana é realizado o culto evangélico, cada vez em uma casa diferente, enquanto as missas ocorrem uma vez por mês no centro comunitário.

Outro elemento da sociabilidade camponesa são as festas (quase sempre de motivação religiosa), mas, atualmente, no Assentamento Santa Rita, estas não têm ocorrido, a última foi realizada em 2010. Conforme relato das famílias, este fato está relacionado à falta de tempo disponível para organizar os eventos.

No assentamento não há atividades voltadas para o lazer, nos moldes do lazer urbano, com espaços específicos para sua realização. De acordo com as famílias não há tempo para criar atividades extras. Na área comunitária do assentamento, são realizadas apenas reuniões cuja pauta está voltada para questões estruturais do assentamento ou cursos, muito embora nem todas as famílias tenham interesse ou até mesmo disposição para fazê-los.

De acordo com Heredia *et al.* (2003), a ocupação dos lotes em assentamentos é feita por famílias nucleares (pai, mãe, filhos solteiros menores de idade), mas, em acordo com os valores camponeses, pode ocorrer ali a agregação familiar. Outros membros da família podem ir ali em busca de moradia e trabalho ou na perspectiva de adquirir um lote para si, por não estarem encontrando outras alternativas, e acabam fazendo do lote um pequeno agregado familiar, como é o caso narrado no depoimento a seguir.

Na época, o [meu] outro filho trabalhava na Rural [empresa agropecuária na cidade de Jataí], mas não combinou com o patrão e saiu do serviço. As coisas foram apertando e ele chegou a mim pedindo para dá um pedacinho de terra para ele ir plantando e morar com a família, aí o que ele plantava era dele, ai eles estão aqui até hoje, há 5 anos (INTERLOCUTORA 14).

Em alguns casos, os pais se veem na obrigação de motivar os filhos, a permanecer na terra, como narra o interlocutor 21: “A gente entrega [produtos] no P.A., e quem zela mais da horta e

cuida do dinheiro é meu filho, é uma maneira que a gente achou de dá força pra ele, né, a gente planta um pouco e ele planta um pouco, o que ele planta é dele”.

Porém, ao mesmo tempo em que ter um lote de terra no assentamento pode representar maior agregação para os membros da família, também tem sido motivo de separação. Nem sempre todos os jovens querem ou podem permanecer na terra. Também há a evasão de famílias inteiras, por vários motivos, tais como a falta de infraestrutura para a produção, o que também leva algumas famílias ao endividamento, a falta de assistência à saúde e de educação e as dificuldades de transporte e comunicação.

As dificuldades e os problemas são constantes no Assentamento Santa Rita e algumas famílias não conseguem se reproduzir diante dessas dificuldades. Decidem ir embora para a cidade. A saída dos jovens se dá mais em busca de melhores oportunidades de educação, trabalho e renda. Na maioria dos casos, a renda da família, oriunda do lote é pouca para sustentar adequadamente os filhos. Como relatou a Interlocutora 8, os jovens saem “porque o recurso que consegue dentro do lote é pouco, mal dá para os pais se sustentar. Hoje em dia [2013], o adolescente quer se vestir, quer ter o dinheirinho no final de semana, quer se divertir. Se não tiver dinheiro, como faz?”.

Os jovens querem se divertir, mas falta entretenimento no assentamento. Os jovens se queixam aos pais da falta de alternativas de lazer. Chegam a alegar que esse é um dos motivos para deixarem o assentamento e irem para a cidade. Juntam-se a isso as dificuldades de transporte e formação.

Os jovens tão indo pra cidade. Aqui no campo não tem atrativo nenhum! Não tem nem um campo de futebol! Isso daí é coisa que o INCRA tinha que está incentivando, porque cobrar a gente cobra, só que a lei deles é morosa demais. Aí eles falam assim “que a agricultura familiar...”, “a família”, mais como que eles querem que a família permaneça se eles não dão respaldo?! Não tem um transporte digno para eles fazer uma faculdade e voltar, um curso de computação, não tem nada. Quanto a isso daí a gente também cobra da Prefeitura, mais falta parceria nesse sentido, e, assim, para os jovens principalmente, o assentamento hoje está na categoria velha, porque os jovens mesmo são pouco e os que restaram estão indo embora, não quer ficar (INTERLOCUTOR 8).

Diante das dificuldades de se ser camponês, os pais chegam, em certos momentos, a negar essa condição, não a desejando para os filhos.

Eu não quero ver eles [filhos] fazer o que eu faço, quero que eles estudem, que sejam uma pessoa diferente de mim, apesar de que eu gosto do jeito que eu vivo, mas eu não tive oportunidade quando eu era nova, eles vão sofrer muito, então, não é isso que eu quero para eles, eu quero é que eles fiquem lá onde estão, que estude, que se forme, que seja alguém na vida, isso é o que eu quero para eles (INTERLOCUTORA 16).

O camponês se reproduz dentro do modo de produção capitalista, porém, não produz em forma capitalista, mas sua produção é necessária para a reprodução do mesmo. Apesar disso, e justamente por estar inserido numa sociedade capitalista, o camponês acaba sofrendo, ora com mais ora com menos intensidade, em seu cotidiano, em seu modo de viver, as determinações do capitalismo (SANTOS, 2006; OLIVEIRA, 2007).

Junta-se a isso o fato de ele, como todo e qualquer cidadão, estar sujeito à instituição Estado e, por isso, depender dela em muitos aspectos, não só para a criação de assentamentos, mas também, e, principalmente, para a criação de políticas públicas que favoreçam a sua permanência na terra. Além disso, o Estado quase sempre está a serviço das classes dominantes (as que são as donas dos meios de produção, como as grandes extensões de terra ocupadas pelo agronegócio), para maior subordinação e exploração das classes trabalhadoras. Desse modo, ser e estar camponês, ainda que se esteja na terra de trabalho, implica enfrentar diariamente muitas dificuldades.

No Assentamento Santa Rita, em Jataí-GO, após a divisão dos lotes, cada família começou a organizar a sua produção. Para isso recorreram ao crédito oferecido pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), que levou, em média, dois anos para ser liberado. Conforme relata a Interlocutora 22: “depois de dois anos assentada, conseguimos o dinheiro, compramos as vacas, tinha que fazer cerca e curral, investimos e o resultado foi pouco, por isso, está todo mundo atolado na dívida, até hoje, devendo e não tem como pagar.”

A falta de experiência e de assistência para administrar o dinheiro do financiamento provocou o endividamento de 80% das famílias, deixando-as inadimplentes.

O INCRA demorou muito para liberar o crédito, mas quando liberou, fez assim: “faça o que quiser, joga para cima e bota fogo”. Hoje em dia os títulos saem no nome da mulher, mas antigamente saía no nome do homem, só que o homem é muito machista, faz o que acha que deve ser feito, jamais ouve as ideias das mulheres. Então, assim, não foi só o caso aqui, mais de várias pessoas aqui dentro, eles não investiu bem os créditos. O que aconteceu? Gerou inadimplência (INTERLOCUTORA 8).

Do total de vinte e três famílias assentadas, oito desistiram dos seus lotes e foram morar na cidade.

Como a criação do assentamento é feita pelo Estado (mas, somente devido à organização e luta dos camponeses), ele impõe certas condições, como a organização dos camponeses em associações e/ou cooperativas, para acesso a crédito e comercialização dos produtos. Há aspectos positivos e negativos nisso. Certamente, associações e cooperativas fortalecem os camponeses, mas, em caso de imprevistos, todos são prejudicados e essa pode também ser uma forma de o Estado controlar os movimentos sociais no campo. Por fim, para algumas famílias a adesão a associações e/ou cooperativas pode significar uma certa perda de autonomia.

É tão certo que o processo de luta pela terra de trabalho promove a criação política do campesinato, que a maioria das famílias do Assentamento Santa Rita fazem parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jataí-GO, filiado à federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF).

A construção do lugar de ser e estar camponês em um assentamento pode ser muito exitosa para algumas famílias e nem tanto para outras. É uma luta dura, difícil, demorada, cotidiana. Dela não se desiste enquanto se é camponês, ainda, que às vezes seja preciso recuar. A permanência no pedaço de terra conquistado exige luta e labuta constantes. Neste trabalho prefere-se a denominação “assentamento camponês” a “assentamento rural”, porque assentamento rural pode ser, inclusive, de grandes proprietários e porque o assentamento é formalizado pelo Estado, mas é a luta dos camponeses que o cria, como homem e lugar se criam mutuamente. O Assentamento Santa Rita é o lugar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de “modernização” do campo provocou profundas modificações no modo de vida camponês, resultando em um processo contínuo de luta pela terra. Esse processo criou novas relações de trabalho e de produção, surgindo novas categorias de trabalhadores. Uma das consequências desse avanço tecnológico foi à expropriação de milhares de camponeses do campo, que sem alternativa migraram para a cidade, em busca de um lugar para morar, uma vez que deixaram de ser proprietário do seu trabalho e do produto que produz.

Porém, o que se percebe é que as novas estruturas criadas pelo capital exigem qualificação profissional, criando um problema para estas famílias, que sempre viveram no campo, desenvolvendo atividades no modo convencional, cujo ‘saber fazer’ provinha de conhecimento do senso comum.

Os relatos dos camponeses assentados demonstram várias experienciais como a memória de um tempo vivido, dos sonhos perdidos no tempo, da idealização de um lugar que lhe é próprio, lembranças da trajetória de luta e sonhos, anterior a entrada no assentamento.

Na busca de reconstruir este lugar tão presente em suas memórias, por meio do retorno a terra, os camponeses passaram a ocupá-las, no intuito de concomitantemente efetivar a tão

sonhada reforma agrária. A luta que antes era pela terra, após o acampamento esta passa a ser na terra, pois na visão contemporânea, o assentamento apresenta-se inserido em outra lógica, onde as suas próprias origens são em função do capital, e de interesses capitalistas.

O que se verificou no Projeto de Assentamento Santa Rita, foi à dificuldade das famílias em se inserirem nos projetos e ações das políticas públicas, em função das trajetórias vivenciadas terem sido em outra época, onde a liberdade e autonomia ainda prevaleciam.

Prova disso, é a realidade vivida pelas famílias na fase de acampamento, nenhuma pessoa se sujeita a viver em condições precárias por opção, há uma relação mais dinâmica que motiva o sem-terra a continuar na luta. Desta forma, os barracos feitos de lonas demonstram que a relação com a terra vai além da moradia, há uma expectativa de materializar o almejado, por meio da permanente luta. Esta condição se altera a partir do momento que o novo arranjo socioespacial se instala na sociedade, afetando principalmente as famílias camponesas.

Hoje, percebe-se que a situação financeira das famílias P.A. Santa Rita é difícil, pois elementos novos passaram a compor as relações familiares e de produção. Como por exemplo, o endividamento bancário, antes desconhecido por estas famílias, passou a compor o cotidiano, agravando ainda mais a sua situação econômica. Ainda que escassos, os programas apresentados para as famílias, contribuíram para o aumento da produção. Há sim muitas falhas, principalmente em relação à assistência técnica. Fatores como a evasão dos jovens também dificultam as famílias, atraídos pela modernidade, vê na cidade a oportunidade de melhorar a condição de vida. Esta evasão dificulta o trabalho familiar no lote, pois a mão de obra é em função da quantidade dos membros familiares.

## AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro concedido ao projeto de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

BOMBARDI, Larissa Mies. **O bairro reforma agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

CALLAI, Helena Copetti. **Aprendendo a ler o mundo**: A geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. Campinas, v 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n66/a06v2566.pdf>>. Acesso em: 05 maio de 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no /do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades: São Paulo, 1971.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Antônio Márcio Buainain (Editor). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Editora Unicamp, 2005. Disponível em: <[http://laberur.ufs.br/sites/default/files/105/fernandes\\_questao\\_agraria\\_conflitualidade\\_e\\_desenvolvimento\\_territorial.pdf](http://laberur.ufs.br/sites/default/files/105/fernandes_questao_agraria_conflitualidade_e_desenvolvimento_territorial.pdf)>. Acesso em: Jan/13.

HEREDIA, Beatriz et al. Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas. **Lusitopie**, n.1, 2003, p.59-90. Disponível em: <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/heredia2003.pdf>>. Acesso em: Jan./13.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária**: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO. 2000. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 11, n. 12, 2008, p. 57-67.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; MESQUITA, Helena Angélica de. O agro-hidro-negócios no cerrado goiano: a construção das (re)sistências. **Anais... II ENCONTRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DE BARRAGENS** – Salvador, 2007.



MARTINS, José de Souza (coord.). O sujeito da reforma agrária: estudo comparativo de cinco assentamentos. In: MARTINS, José de Souza (coord.). **Travessias**: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p.11-52.

MARTINS, Viviane Santi. **Lugar da morada**: a constituição do lugar de viver de famílias rurais no contexto de assentamentos de reforma agrária. Porto Alegre, 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

RIBEIRO, Veridiana Soares. **Territorialização camponesa**: o lugar de viver no assentamento 24 de Novembro – Capão do Leão – RS. Rio Grande, 2012, 134f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande: Instituto de ciências humanas e da informação. Rio Grande, 2012.

ROCHA, Costa Rocha. **Assentamento rural**: entre o lugar almejado e o lugar vivenciado pelas famílias do P.A. Santa Rita em Jataí – GO. 2013, 109f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás/Campus Jataí. Jataí, 2013, 109f.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo, 2006.